DESTAQUE: STF CITA OBRAS DO DR. DIOMAR ACKEL EM SUAS DECISÕES

HC 88718 MC / SC - SANTA CATARINA
MEDIDA CAUTELAR NO HABEAS CORPUS

Relator(a)
MIN. CELSO DE MELLO

Partes
PACTE.(S): MANOEL INÁCIO PEREIRA
PACTE.(S): INÁCIO PASSOS PEREIRA
PACTE.(S): MARIA MARGARETE AGOSTINHO
IMPTE.(S): PAULO HUMBERTO BUDOIA
COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Julgamento
21/06/2006

Publicação
DJ 27/06/2006 PP-00007

Despacho

DECISÃO: O E. Superior Tribunal de Justiça, ao denegar ordem de "habeas corpus" impetrada em favor dos ora pacientes, proferiu decisão consubstanciada em acórdão assim ementado: "CRIMINAL. 'HC'. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PENDÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO OBJETO. ORDEM DENEGADA. I. Hipótese em que os pacientes sustentam a ausência de justa causa para a ação penal contra eles instaurada, em razão da pendência de processo administrativo fiscal. II. O impetrante, embora tenha sustentado a impossibilidade de prosseguimento da ação penal instaurada contra os pacientes em virtude da existência de processo administrativo fiscal em andamento, no qual estaria em discussão a materialidade do fato e a legalidade do auto de infração, não logrou comprovar tais alegações. III. Não obstante a documentação que acompanha a inicial, inclusive certidão dando conta da pendência de 'decisões finais, na esfera administrativa, sobre as exigências fiscais dos créditos tributários', os autos não trazem cópia de impugnação ou recurso manejados no processo administrativo ao qual refere o impetrante. IV. Argumentação que não é hábil a obstar a persecução penal, pois na situação em exame não se pode aferir a apontada ausência de justa causa para a ação penal instaurada em desfavor do paciente, já que o processo criminal encontra obstáculos na esfera administrativa somente quando se discute a existência do débito o 'quantum debeatur', o que não se pode verificar 'in casu'. V. Ordem denegada." (HC 40.994/SC, Rel. p/ o acórdão Min. GILSON DIPP - grifei) O exame do acórdão em questão evidencia que o E. Superior Tribunal de Justiça somente não concedeu o "writ" constitucional, porque "O impetrante, embora tenha sustentado a impossibilidade de prosseguimento da ação penal instaurada contra os pacientes em virtude da existência de processo administrativo fiscal em andamento, no qual estaria em discussão a materialidade do fato e a legalidade do auto de infração, não logrou comprovar tais alegações" (grifei). Impende reconhecer, neste ponto, que o entendimento manifestado pelo E. Superior Tribunal de Justiça ajusta-se, com plena exatidão, à orientação jurisprudencial que esta Suprema Corte firmou a propósito do dever - que se impõe, processualmente, ao impetrante do "habeas corpus" - de produzir elementos documentais consistentes e pré-constituídos destinados a comprovar as alegações veiculadas no "writ" constitucional. Como se sabe, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a ação de "habeas corpus", que possui rito sumaríssimo, não comporta, em função de sua natureza processual, maior dilação probatória, eis que se impõe, ao impetrante, como indeclinável obrigação de caráter jurídico, subsidiar, com elementos documentais pré-constituídos, o conhecimento da causa pelo Poder Judiciário. A utilização adequada do remédio constitucional do "habeas corpus" impõe, em consequência, seja o "writ" instruído, ordinariamente, com documentos suficientes e necessários à análise da pretensão de direito material deduzida em tal sede processual, consoante acentua o magistério doutrinário (JOÃO ROBERTO PARIZATTO, "Do Habeas Corpus", p. 168, 1991, Aide, v.g.). Daí a afirmação do ilustre Magistrado paulista **DIOMAR ACKEL FILHO** ("Writs Constitucionais", p. 54, 2ª ed., 1991, Saraiva), no sentido de que a prova a ser produzida no processo penal de "habeas corpus" "deve ser pré-constituída ou documental". A existência de dúvidas fundadas pode justificar, até mesmo, o próprio indeferimento do pedido, sem prejuízo de sua renovação, uma vez suficientemente instruído com os elementos de informação necessários à descaracterização da incerteza constatada. Não é por outra razão que a jurisprudência dos Tribunais (RT 511/412, v.g.), inclusive a deste Tribunal, tem advertido, a propósito do tema, que: "A ação de 'habeas corpus' - que possui rito sumaríssimo - não comporta, em função de sua própria natureza processual, maior dilação probatória, eis que, ao impetrante, compete, na realidade - sem prejuízo da complementação instrutória ministrada pelo órgão coator - subsidiar, com elementos documentais pré-constituídos, o conhecimento da causa pelo Poder Judiciário. A utilização adequada do remédio constitucional do 'habeas corpus' impõe, em consequência, seja o writ instruído, ordinariamente, com documentos suficientes e necessários à análise da pretensão de direito material nele deduzida." (RTJ 138/513, Rel. Min. CELSO DE MELLO) Sendo assim, e pelas razões expostas, indefiro o pedido de medida liminar formulado a fls. 22/24. 2. Ouça-se a d. Procuradoria-Geral da República. Publique-se. Brasília, 21 de junho de 2006. Ministro CELSO DE MELLO Relator